

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2025

Em 12 de junho de 2025, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica JQ3, na forma virtual, por vídeo conferência, através do link: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_N2Q5NzY0NzUtMDkzZS00Y2M1LWFhMmltMzdmNzI1Y2ZjZGY3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22924f9847-242e-4a9a-8913-9e43649b9eaa%22%2c%22Oid%22%3a%22162d640f-b631-44bf-b9db-b9c476ff4eae%22%7d. Participaram da reunião os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **Emerson Gonçalves dos Santos, Maria José Letícia Carrisa Leite, Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, Janaína Melo Batista e João Batista dos Santos**, representantes do poder público estadual; **Felipe de Oliveira Santos, Alex Jardim de Carvalho, Emanuele Mares Oliveira e Guilherme Jaques Serafim**, representantes do poder público municipal; **Laila Tupinambá Mota, Tarcísio Rodrigues Ramos de Souza e Clebert José Rodrigues Ferreira**, representantes dos usuários de recursos hídricos; **Valquírio Cirino de Almeida, Antônio Clarette Santiago Tavares, Antônio Marques Siqueira e Evina Teixeira da Cruz**, representantes de entidades da sociedade civil. Após a verificação do quórum, o vice-presidente Alex Jardim de Carvalho anunciou a abertura da segunda reunião ordinária de 2025 do CBHJQ3 dando boas vindas e agradecendo a presença de todos os conselheiros presentes e informando que o presidente Luiz Claudio não está presente na reunião, pois ele se encontra na cidade de Belo Horizonte o que impossibilitou sua participação. Em seguida, o vice-presidente mencionou que estava previsto para acontecer uma palestra com Landerson Gomes Galvão - Coordenador de Biodiversidade da URFBio Nordeste/IEF, porém entrando em contato com ele, o mesmo informou que não seria possível ministrar a palestra devido ao atraso de uma viagem. Dando seguimento à reunião, em conformidade com a pauta, Alex Jardim mencionou que iria falar sobre a participação do poder público na recuperação ambiental e informou que seria o prefeito do município de Bandeira, senhor Sidnei Alves dos Santos, que iria ministrar a palestra, porém ele precisou viajar com urgência naquela madrugada para Belo Horizonte, sendo assim por este motivo o vice-presidente informou que seria ele quem iria ministrar a palestra. Alex Jardim iniciou sua palestra falando que semanas atrás, no município de Bandeira, foi realizada a pré-conferência para a construção do plano de recuperação e conservação da Mata Atlântica, o PMMA, que contou com as participações de: Janaína do IEF, Renata da Mata Escura, representantes da EMATER, alunos do curso de agro negócios de Bandeira e participantes da Associação dos Catadores de Material Reciclado. Em continuidade, o vice-presidente falou sobre o recurso da cobrança de multas que começará a ocorrer a partir do ano que vem, onde os municípios deverão realizar os projetos e ressaltou que é de suma importância que o município esteja preparado para organizar esses projetos e angariar esses recursos para dentro da recuperação dos mananciais de água, mas para isso é necessário que os municípios estejam com o Conselho do Meio Ambiente, o Fundo do Meio Ambiente e o CNPJ próprio, ativos, e é importante que o Codema (Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente) também esteja ativo e atuante e ter um técnico para poder elaborar esses projetos. Ele mencionou que sabe que muitas vezes faltam recursos e profissionais dentro dos municípios, mas se colocou a disposição para ajudá-los, uma vez que o município de Bandeira já está apto a receber esses recursos, pois o município possui o conselho e o fundo, que inclusive já recebem recursos nesse fundo da promotoria de Almenara e também está recebendo um recurso da Bolsa Catador Municipal que fomenta os participantes da Associação de Catadores de Materiais Reciclados de Bandeira e mencionou que é importante que os municípios estejam preparados com seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos, o plano de manejo de saneamento básico, o de água fluvial, distribuição de água e esgoto e drenagem urbana, e que todos eles sejam elaborados de acordo com as metodologias exigidas pela lei, pois quando o município está com o plano de saneamento básico pronto e aprovado, 3% da arrecadação da companhia de água do município, vai para esse fundo do saneamento, sendo assim, é uma forma do município arrecadar recursos. Na oportunidade, o vice-presidente aproveitou para falar que para quem tenha interesse, a SEMAD através do "Trilhas do Saber" está ofertando um curso com inscrições até o dia 20 de junho, que será ministrado por Janaína do IEF, a respeito do Plano de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica, o PMMA, e ressaltou que a construção desse plano abre algumas portas para poder estar arrecadando fundos para serem investidos no meio ambiente, frisando que é importante que tudo seja feito de acordo com a lei e são muitas as leis e geralmente algumas dessas leis precisam ser criadas ou modificadas e citou como exemplo do CODEMA, que é indicado que o mesmo seja um conselho deliberativo, para poder deliberar a respeito de qualquer demanda ambiental dentro do município, pois isso é muito importante no momento de angariar recursos. Dando continuidade, o vice-presidente informou que já conversou com o presidente do CBHJQ3, senhor Luiz Cláudio, e com o prefeito de Bandeira, senhor Sidnei, para que a próxima reunião presencial seja realizada na NOVA AMBAJ do município de Bandeira, para que seja possível conversar com os prefeitos para estar os conscientizando a criarem os arcabouços de leis das criações do fundo de meio ambiente, dos fundos de saneamento básico e dos conselhos e também frisou que é necessário que o CODEMA trabalhe em conjunto com o Poder Público Municipal, pois é importante que esse elo exista, uma vez que estão aparecendo alguns fundos, ele citou por exemplo, que existe o fundo do Ministério Público que é o fundo da promotoria mineira que possui muito dinheiro, o fundo das multas ambientais e falou que trabalhando junto com o PMMA foi descoberto existe um fundo que possui dinheiro que é o fundo da Usina de Itapebi e o município de Bandeira é produtor de água dessa usina e sendo assim, o município tem direito de acessar esse fundo e para isso o município precisa ter o PMMA, no caso os municípios que são de Mata Atlântica ou de recuperação de mata nativa, pois pode ser que o município seja de Cerrado, pois na região existe a transição de Cerrado para Mata Atlântica, ou de Mata Atlântica para Catinga. O conselheiro Felipe de Oliveira Santos pediu a palavra e disse que foi de suma importância a fala do vice-presidente, pois ela trouxe um problema que atinge quase todos os municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha, pois diversos secretários, gestores da pasta do meio ambiente, se colocam a disposição para desenvolver políticas públicas na área do meio ambiente como é o caso de Bandeira, de Rio do Prado, e citou que conversa e tem contato com outros colegas dessa área e todos eles têm relatado o mesmo problema: eles que têm o interesse de desenvolver projetos, porém muitas vezes os impedimentos, as dificuldades, vêm através de uma questão política, pois falta a sensibilidade dos prefeitos em colocar o meio ambiente como prioridade no governo, por esse motivo eles tem enfrentado muitos problemas como abatedouros e atestes sanitários. Citou que são problemas graves, difíceis de serem resolvidos às vezes numa gestão, por serem complexos, mas têm ações simples que podem ser

desenvolvidas, como a coleta seletiva, trabalhos voltados para a educação ambiental, a própria arborização urbana ou a criação do viveiro e reforçou que às vezes ele percebe que os prefeitos não dão o devido apoio, e também muitas vezes estão tendo dificuldade de fazer o trabalho de atualizar a legislação, criar algumas leis específicas e frisou que a reunião prevista para ser realizada com a participação dos prefeitos é importantíssima, uma vez que ele acredita que já passou do momento, pois os prefeitos já estão seguindo para seis meses de governo, então é necessário que haja essa articulação com eles para apresentar algumas pautas para eles estarem implantando nos novos governos, tendo em vista que é preciso mostrar a importância da política de meio ambiente, porque há muitos que já estão definindo suas prioridades de governo e é preciso estar lembrando a aqueles que não colocaram o meio ambiente como prioridade e mostrá-los que é sim uma prioridade. Após a fala do conselheiro Felipe, o vice-presidente complementou falando que é preciso transformar a política do meio ambiente da gestão municipal, em política do município e relatou que em Bandeira desde 2013, o resíduo sólido, por exemplo, virou uma política do município, ou seja, ela não é mais uma política da gestão e citou que a população cobra a questão da associação, da usina estar funcionando e ressaltou que tudo é muito difícil e é uma tarefa muito árdua trabalhar com os resíduos sólidos, mas buscando e com a legislação em cima, o município possui a Bolsa Catador do Município e do Estado e agora foi realizado um novo projeto para poder receber um investimento que pode vir via consórcio da Vale. Na oportunidade, o vice-presidente falou sobre a importância das correções do CAR e a confecção do PRA, que é uma ferramenta importantíssima na recuperação do meio ambiente e também abordou novamente sobre a pré-conferência de Bandeira, onde Janaína, servidora do IEF, passou o dado que o desmatamento em Bandeira caiu e complementou falando sobre o problema grave que encontra no município que é a pulverização de herbicidas com drones, pois dizimou a mata, está acabando com os brejos, já causou intoxicação e acabou com plantações da agricultura familiar e para tentar solucionar este problema em um trabalho conjunto com a polícia militar está realizando encontros com os fazendeiros e vão realizar campanhas para eles tomarem conhecimento dessa legislação que estão tentando elaborar no município de Bandeira para apertar ainda mais a adequação e a forma correta de utilizar essa tecnologia. A conselheira Emanuele Mares pediu a palavra e falou que é preciso começar a pautar no comitê, junto ao órgão gestor, para melhorar os instrumentos de gestão, pois está a mercê de começar a receber cobrança pelo uso da água e é preciso começar a trabalhar e capacitar os conselheiros sobre os instrumentos de gestão, fazer uma nova capacitação, uma vez que o órgão gestor oferta isso tanto em palestras nas reuniões, como no site do “Trilhas do Saber”, pois quando o dinheiro começa a chegar e ser preciso avaliar os projetos e montar os editais para investimento, os conselheiros têm que ter a noção daquilo que está ofertando para a bacia e frisou que é importante discutir território, mas o comitê não pode discutir apenas território sem discutir junto ao órgão gestor aquilo que vai ser implementado na bacia com a cobrança pelo uso da água, é necessário pedir uma revisão do plano gestor e isso ocorre trazendo o órgão gestor para dentro do comitê conversando com o secretário de estado, para tentar realizar essa revisão, pois como vai implementar a cobrança na bacia, com o retorno desse dinheiro, se o plano está defasado, uma vez que o mesmo foi aprovado em 2013 e ressaltou que é preciso se atentar que as reuniões do comitê acontecem de dois em dois meses e é necessário que isso seja discutido no comitê, ela citou que é importante discutir território, cada município trazer sua realidade, mas o comitê está perdendo tempo de conversar sobre e de aprender como será feita essa implementação e frisou mais uma vez o que já havia sido dito na reunião anterior, que no momento que o dinheiro começa a entrar na conta, que o edital for lançado, o comitê vai ser bombardeado com prefeituras e instituições querendo e o comitê não está se preparando para isso. Na oportunidade, a conselheira ressaltou que está alertando para que os conselheiros entendam que nas próximas reuniões seja trago o órgão gestor, que os conselheiros aprendam como fazer essas cobranças, pois nas últimas quatro reuniões, não foi discutido isso em nenhum momento e frisou que ela fala isso porque acompanha comitês no Brasil inteiro, no estudo de plano diretor é possível ver o quanto que os comitês sofrem, porque no momento que o dinheiro entra, o comitê é visto por todo mundo e nesse momento cabe aos conselheiros, saber lidar com isso e no caso o JQ3 não está se preparando para este momento. Após a fala da conselheira o vice-presidente, Alex Jardim, ressaltou a importância da fala da conselheira e comentou que na semana passada participou de uma webinar a respeito do uso e a cobrança de luz e de água e achou muito interessante como é esse fomento, pois há regiões que têm verdadeiras fortunas na conta, em relação a isso e esse dinheiro vem acumulando cada vez mais, exatamente por não ter pessoas capacitadas tanto para fazer projeto, como para acessar esses fundos e frisou que realmente o comitê está despreparado para essa situação e é importante que o comitê esteja preparado para poder acessar esses fundos, ressaltou mais uma vez que é importante os conselheiros acessar os cursos e webinars sobre o assunto que estão disponíveis no “Trilhas do Saber”, pois assim os conselheiros estarão capacitados para estar ajudando os municípios a angariar esses fundos, tendo em vista que é nesse momento que o comitê começará a ter objetivos e em relação ao plano diretor do comitê, o vice-presidente disse que é uma questão que precisa ser vista com o Estado e ele vai conversar com o presidente Luiz Claudio para estar realizando essa interferência junto ao secretário, para poder fazer essa revisão do plano diretor e colocar isso em prática. Em seguida a conselheira Emanuele Mares novamente pediu a palavra e disse que é importante ter a participação em uma reunião do comitê de algum representante da ANA (Agência Nacional de Águas), para falar sobre os instrumentos de gestão, pois é necessário trazer alguém do órgão gestor para falar como é a aplicação do recurso do pagamento pelo uso da água dentro dos instrumentos de gestão, tendo em vista que os editais e a implementação, são apenas para os instrumentos de gestão, em continuidade ressaltou que já tem um tempo, inclusive desde a época de seu mandato, quando a mesma ainda era presidente do comitê, que as reuniões estão se esvaziando de pautas que precisam ser em fortalecidas, reforçou a ideia de que é muito importante falar sobre o território, mas cada conselheiro fala sobre o seu território, porém é mais importante falar do território todo, e é o território todo que cuida dos instrumentos de gestão de maneira ampla, sendo assim é importante melhorar as pautas das reuniões e mencionou que a ANA tem funcionários fantásticos que podem falar, principalmente online e eles se colocam à disposição e o órgão gestor também tem boas pessoas para falar sobre o assunto. Em seguida, afirmou que em sua visão as pautas estão muito “normais”, estão sempre falando a mesma coisa e estão deixando de explicar os instrumentos e é preciso discutir esses instrumentos de gestão e estudar como isso será inserido na bacia. Após a fala da conselheira Emanuele, o vice-presidente complementou a fala dizendo que para formar esse grupo que está agora nessa nova gestão não foi fácil, pois encontrar as pessoas que queiram participar do comitê é muito difícil, muitas pessoas não querem, outras desistem, faltam nas reuniões e não tem aquele interesse, até mesmo as associações e prefeituras não se interessam e ressaltou que mesmo que o comitê ainda não esteja preparado para organizar essa gestão do recurso, mas a partir do momento que o recurso começa a entrar, também começa a abrir os olhos das pessoas, pois vão entender que tem esse recurso e é possível acessá-lo, mas é necessário que o comitê saiba como fazer um projeto decente para conseguir atingir o objetivo e informou que irá conversar

com o presidente Luiz Claudio para poder ajudá-lo nessa questão e pediu a ajuda da conselheira Emanuele por ela ter bastante experiência e conhecer pessoas, para ela poder estar ajudando nesse assunto, após isso a conselheira Emanuele disse que podem contar com ela na medida em que precisarem desses contatos e afirmou que possui esses contatos, nem todos por participar do comitê, mas principalmente pelo seu trabalho e citou que tem conhecimento não só pessoas da Agência Nacional de Águas, mas também do Ministério e frisou que é preciso que os conselheiros tenham mais responsabilidades, pois muitas vezes a pessoa se coloca à disposição de ser conselheira, porém está tratando o comitê como segunda opção. Em seguida, a conselheira fez uma observação ao vice-presidente, a respeito de quando for preciso desmarcar uma reunião, realizar uma enquete de datas com os conselheiros para que eles possam se manifestar antes de marcar novamente em outra data, visto que ela acredita que os conselheiros devem ser consultados, pois ela observou que muitos conselheiros reclamaram da data e do dia e muitas vezes não é que o conselheiro não queira participar das reuniões, mas que por causa de uma mudança de última hora, o conselheiro já tem outro compromisso em sua agenda e sem essa consulta as reuniões acabam ficando vazias e demoram em atingir o quorum e é de suma importância que o comitê mantenha um quorum ativo nas reuniões. Na oportunidade ela também falou sobre o horário das reuniões que precisa ser revisto e voltar para iniciar às 9h da manhã, pois a maioria das pessoas começam a trabalhar a partir das 8h e tem esse período de tempo para organizar coisas do trabalho antes do início da reunião e sugeriu que o comitê mantenha essa sequência, sem ficar interrompendo as reuniões, tendo que marcar para outra data e acabar perdendo essas datas que já estavam pré-agendas desde o início do ano. O vice-presidente agradeceu a conselheira pela sugestão e disse que irá conversar com o presidente Luiz Claudio a respeito disso e comentou que tem um enorme carinho e gosta de estar sempre presente e participando do conselho, pois acredita que é um importante instrumento para quem trabalha com o meio ambiente e disse que sente comitê sempre é uma segunda opção e nunca a primeira e completou a fala dizendo que irá se comprometer para que aconteça a reunião com os prefeitos e com alguém da ANA. Em seguida, o conselheiro Felipe pediu a palavra e disse que achou muito importantes essas falas, pois o comitê passou por alguns momentos de marcar reunião e depois desmarcar e remarcar para outra data e muitas vezes têm membros do conselho que tem outros compromissos e citou que ele já deixou de participar de eventos e atender alguns produtores por conta de reuniões marcadas do comitê e chegando próximo ao dia da reunião ela é desmarcada, por isso às vezes perde a credibilidade até dos atos de convocações, pois deixa de atender uma agenda em um determinado dia por causa da convocação que existe, isso é colocado na agenda justamente para atender o compromisso e um ou dois dias antes da reunião recebem um comunicado que não vai ter a reunião e com isso perde um pouco a credibilidade do comitê em si. Em continuidade o conselheiro falou que é preciso marcar com urgência uma reunião presencial e complementou dizendo que após esse período de pandemia surgiu essa possibilidade de fazer as reuniões virtuais, mas a reunião presencial é importante para os conselheiros se conhecerem e mencionou que só houve uma reunião presencial que foi no momento da posse e após isso não teve nenhuma outra reunião presencial, em sequência frisou que confia no trabalho do presidente Luiz Claudio e sabe que ele tem muitas tarefas, mas é preciso estar voltando os olhos para o comitê e em suas ações efetivas e é importante ter uma reunião presencial. Após a fala do conselheiro, o vice-presidente disse que prefere reunião presencial a virtual e enfatizou que é importantíssimo ter um técnico da ANA em uma reunião, mas reconhece a dificuldade em trazê-los presencialmente, mas é possível organizar que eles participem em uma reunião virtual. A conselheira Emanuele pediu a palavra e disse que em sua visão a reunião presencial é a melhor coisa para o comitê, porém nos últimos anos, a época em que o comitê mais se reuniu e menos desmarcou reuniões foi depois das virtuais, pois para as reuniões presenciais serem efetivas no comitê, os conselheiros têm que ter um pouco mais de responsabilidade de não deixarem de ir, pois teve um ano que em oito tentativas de reunião, cinco não tiveram quorum e se não tiver o quorum não pode ter reunião, nada pode ser aprovado, então, depois que começou a ter as reuniões virtuais, melhorou muito a questão do quorum no comitê, por isso ela acredita que tem que intercalar, pois colocar todas presenciais é um risco que o comitê corre de voltar a acontecer, tendo em vista que a bacia tem distâncias enorme, com estradas horríveis e tem a questão que muitas vezes não é que o conselheiro não queira ir e sim que a instituição em que ele trabalha não liberou para ele ir naquele dia, porque uma coisa é você entrar e ficar três horas em frente ao computador e participar da reunião, outra coisa é sair da sua cidade, pegar uma estrada e ter que chegar na outra cidade para a reunião às 9h da manhã e ressaltou que ela acredita que é importante intercalar como o comitê já faz no calendário e o que não pode acontecer é não ter uma reunião presencial e por isso que uma diretoria é composta de presidente, vice-presidente e secretário, se um não pode, vai passando para o outro e para outro e assim faz a reunião acontecer e frisou que a preocupação que se deve ter é que como a reunião presencial não pode acontecer, teria que ter sido feita uma enquete, com datas e perguntar para os conselheiros se ela seria presencial ou não, após essa fala da conselheira o vice-presidente perguntou se seria válido realizar uma dessas reuniões de forma híbrida. A conselheira Emanuele o respondeu dizendo que desde que tenha uma estrutura é possível sim e ressaltou que a estrutura da reunião híbrida não é só colocar um computador, é necessário ter estrutura técnica, pois quem está no virtual e quem está no presencial tem que ter a mesma vantagem, pois para uma reunião ser híbrida, ela tem que proporcionar a mesma oportunidade para quem está presente e para quem não está, tem que montar a câmera para ficar na pessoa, para quem está no virtual ver, tem que ter o microfone para a pessoa que está no virtual poder falar, após a fala da conselheira o vice-presidente comentou que estava conversando com o Sidnei, prefeito de Bandeira, e o mesmo comentou que a Nova Ambaj tem totais condições de realizar uma reunião híbrida, pois tem essa estrutura. Em seguida a conselheira Emanuele pediu a palavra novamente e complementou falando que a principal dificuldade da reunião híbrida é conseguir “linkar” as duas coisas ao mesmo tempo, porque é o que vale como comprovação da reunião, a gravação tem que estar pegando os dois, pois não pode gerar gravações diferentes e todas as decisões serem tomadas com as votações, pois abre a votação, então quem está no virtual, quem está no presencial, vota e não pode tomar a decisão depois, por exemplo, se os conselheiros em uma conversa informal tomaram alguma decisão e resolveu alguma coisa, isso não será válido, pois só é válido o que foi acordado durante a reunião. A conselheira Emanuele se comprometeu a posteriormente realizar um conversa com a diretoria do comitê para analisar e pontuar algumas coisas que podem ser feitas e ressaltou que acha importante trazer o órgão gestor, pois ele ajuda muito nesse sentido, tendo em vista que é necessário conversar com o órgão gestor sobre essas coisas, porque é preciso pensar que o ano que vem, pois é um ano de edital de comitê de recomposição para 2027, então, se tiver que alterar o regimento por alguma razão, tem que ser tudo esse ano. Em seguida, o vice-presidente mencionou a próxima pauta da reunião seria a aprovação da ata da reunião anterior e a conselheira Emanuele pediu a palavra e fez uma solicitação ao comitê para deixar a aprovação da ata para a próxima reunião, pois ela acha que está faltando algumas informações da outra reunião e ela não teve tempo de ler a ata muito bem, pois leu de forma rápida e frisou que tem coisas importantes que foi

falado na outra reunião que não estão nela e tem algumas informações que precisam ser corrigidas e se comprometeu a realizar as alterações e solicitou que a ata fosse enviada para ele em formato Word para poder ser alterada, e posteriormente a diretoria analisar as alterações e fazer a ata final e frisou que não entrou em contato com o comitê para fazer isso antes da reunião pois estava João Pessoa e foi bem corrido. Na oportunidade falou sobre o evento em João Pessoa, que no próximo ano será realizado no Maranhão e citou que foi a primeira vez que o evento aconteceu fora de Brasília e teve a reunião de regulação da Agência Nacional de Águas e citou que são espaços que os conselheiros precisam começar a participar e começar a colocar o comitê no âmbito nacional, estadual, a ser conhecido. Sendo assim, foi decidido pelos conselheiros que a ata será aprovada na próxima reunião. O conselheiro João Batista pediu a palavra e comentou que ouviu as colocações do vice-presidente do conselheiro Felipe, sobre os fundos e questionou ao vice-presidente se esses valores são significantes para as associações, se a arrecadação da cobrança é só a arrecadação rural ou urbana também e sobre os 3% de arrecadação que vai para o fundo. Respondendo ao questionamento o vice-presidente disse que era preciso responder por etapas, pois uma coisa é a cobrança do uso da água, da bacia que vai para o fundo e outra coisa é a questão que quem tem o plano municipal de saneamento básico, tem direito a 3% do que arrecada a companhia de água, sendo assim 3% dessa arrecadação vai para o fundo do saneamento básico. No caso de Bandeira, é deliberado pelo Codema onde vão ser aplicados esses recursos, assim também como as multas ambientais da promotoria, ela também é destinada para o fundo de meio ambiente, são fundos separados. Um é o fundo do saneamento básico, que recebe 3% da arrecadação da companhia de água. O outro é o fundo do comitê, que vai receber o dinheiro da cobrança pelo uso da água da bacia. A conselheira Evina Teixeira da Cruz pediu a palavra e disse que participa de outros conselhos e sempre tem a dificuldade não conseguir envolver o poder público e que há 21 anos começou um trabalho nas nascentes que os surpreenderam muito e conta com as parecerias da Universidade de Minas Gerais, dos institutos, da cidade de Montes Claros que desenvolvem projetos nas comunidades e no dia 20 de junho vai ocorrer um seminário que terá sua 22ª edição e foi envolvido o pessoal das comunidades, alguns dirigentes, para fazer um levantamento sobre a água e a questão da produção e citou que se surpreendeu com a quantidade de nascentes que tem no município, mas eles não conseguem um trabalho bom para isso e disse que se reuniu o comitê, pois ela faz parte do Codema, e para eleger a executiva, foi falado muito na questão dos planos, de que precisa ter um plano, mas ela não sabe se irá conseguir, pois ela não vê investimentos, porque precisa do poder público e como o comitê fica parado só se reúne três em três meses, não consegue desenvolver muito, por esse motivo ela acredita que se pudesse fazer uma reunião presencial, para poder encaminhar algumas coisas mais concretas, seria muito importante. Após a fala da conselheira o vice-presidente complementou dizendo que tem uma esperança muito grande, de que quando tiver esse dinheiro dentro do comitê, que apareça mais pessoas interessadas no comitê, em fazer essa recuperação. E que o comitê também execute bem a forma de gastar esse dinheiro, pois não é só dar dinheiro, não é só vir e apresentar um projeto, mas esse projeto tem que ter uma fiscalização, tem que ter uma gestão importante, bem fiscalizada para que o recurso seja mesmo usado naquilo que foi proposto dentro do projeto. Por fim, o vice-presidente lembrou que ficou decidido que a ata da reunião anterior será aprovada na próxima reunião e sendo assim na próxima reunião terão duas atas para serem aprovadas. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o vice-presidente Alex Jardim de Carvalho declarou encerrada a sessão da qual foi lavrada essa ata.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Jardim de Carvalho, Vice-Presidente (a)**, em 20/08/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **117299028** e o código CRC **34E2FEAD**.